



Sociedade e Cultura

ISSN: 1415-8566

brmpechincha@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás

Brasil

Perruso, Marco Antonio

Intelectuais, movimentos sociais e pensamento social brasileiro

Sociedade e Cultura, vol. 7, núm. 2, julho-dezembro, 2004, pp. 139-150

Universidade Federal de Goiás

Goiania, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70370202>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Intelectuais, movimentos sociais e pensamento social brasileiro*

MARCO ANTONIO PERRUSO**

Resumo: No quadro da renovação do pensamento social brasileiro dos anos 1970/80, de uma matriz estatista para outra centrada na sociedade civil, destacam-se intelectuais que se interessam por novos atores sociais, emergentes na cena política via movimentos populares. "Novo sindicalismo" e "novos movimentos sociais" tomam-se, então, idéias-força relevantes no interior do campo intelectual, pois chamam a atenção para a expressividade e a diversidade da participação democrática de setores historicamente subalternizados. Tais movimentos são tomados por muitos cientistas sociais como essenciais para interpretarmos a sociedade brasileira em transformação – ainda mais importantes que a mera conformação institucional e partidária da democracia que se reconstruía, muitas vezes pensada apenas teoricamente.

Palavras-chave: intelectuais, pensamento social brasileiro, movimentos sociais, cultura política, ciências sociais.

Intelectuais, sociedade brasileira e institucionalidade acadêmica

A ditadura militar instalada no país a partir de 1964 aprofundou a modernização, a urbanização e a industrialização da sociedade brasileira. Os intelectuais – cientistas sociais, inclusive – foram incorporando-se às unidades produtivas, incluindo a indústria cultural, às agências estatais (Previdência Social, Embrafilme, Finep etc.) e, principalmente, as universidades públicas

e privadas, todas em expansão. Vários processos sociais sobrepujaram-se nesse período: diferenciação e hierarquização das camadas cultas e perda de prestígio das elites tradicionais; incremento da profissionalização da política e da competição pelo acesso ao poder; ascensão das camadas técnicas e da tecnocracia; emergência de "interesses" em sua acepção liberal. Todos esses fenômenos davam-se concomitantes à modernização conservadora em curso (Lahuerta, 2001, 17; Pécaut, 1989, 261/269).¹

Com seu crescente assalariamento, os intelectuais passam cada vez mais a vivenciar as agruras de classe como especificidade, como singularidade de sua própria experiência também como trabalhadores, embora de novo tipo. Retirava-se, em certa medida, o papel central que ocupavam na chamada fase populista de nossa vida republicana (1930-1964), na qual

* Este artigo resulta de trabalho de pesquisa de minha tese de doutorado atualmente em curso no PPGSA-UFRJ, orientada pela profa. Elina Pessanha, versando sobre intelectuais brasileiros que estudavam o "novo sindicalismo" e os "novos movimentos sociais" nos anos 1970/80, renovando, com isso, nossas ciências sociais. Texto de teor semelhante foi apresentado no 1º Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, promovido pelo Núcleo de Pesquisas em Movimentos Sociais da UFSC (Florianópolis, maio/2004).

** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: m.perruso@brfree.com.br.

1. As citações do artigo de Milton Lahuerta seguem a paginação da versão extraída da internet: www.artnet.com.br/gramsci/arquiv226.htm.

assumiam, para muitos, a configuração de uma intelligentsia. Mas nesse processo os intelectuais não são cooptados pelo regime devido à natureza autoritária deste. A conjuntura do pós-64 e uma nova cultura política em formação levaram-nos à luta pela democracia (Vianna, 1986, p. 73-75; Rubim, 1995, p. 70-71).

Como locus institucional privilegiado dos intelectuais em geral e dos cientistas sociais em particular, nesse período, destaca-se a universidade. A institucionalidade acadêmica é uma referência importante para o estudo dos intelectuais brasileiros no século XX, principalmente dos anos 60 em diante. Um trabalho fundamental nesse sentido é o organizado por Sergio Miceli (1989). Este, porém, reconhece que sua pesquisa é centrada principalmente em São Paulo, voltada para a Escola Livre de Sociologia e Política e para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Entre 1930 e 1964, o desenvolvimento institucional, acadêmico e intelectual das ciências sociais no Brasil vinculou-se ao avanço das universidades públicas e às verbas governamentais, mas, principalmente ao “tipo de arranjo logrado pelos participantes das novas disciplinas no âmbito do ensino superior”, que passava por mudanças. Esse “amplo setor terciário intelectual”, sobretudo a FFCL-USP, é dirigido por docentes europeus, em especial franceses, “empenhados em difundir uma atitude cognitiva com roupagens científicas, mas de fundo filosofante”. Tal padrão rompia com os centros tradicionais de ensino superior no Brasil, de mentalidade jurídica, e não encontrou terreno propício senão em São Paulo (Miceli, 1989, p. 16-22). Não é à toa que o estado de São Paulo é caracterizado como o

centro interno mais dinâmico dos processos de industrialização e urbanização [que resultavam em] uma estrutura social e ocupacional cujos padrões de diferenciação e hierarquização não tinham similar no restante do país. (Miceli, 1989, p. 21)

Já no Rio de Janeiro, a situação é diversa. O fracasso da Universidade do Distrito Federal deveu-se à ingerência política do governo e do clero católico, só indo adiante as iniciativas com apoio da máquina oficial, marcando perfil institu-

cional, ideologias dos integrantes, agenda de reflexões e objetivos etc. (Miceli, 1989, p. 16-22).

A partir do regime militar, temos a criação de muitas pós-graduações e a definitiva profissionalização das ciências sociais no Brasil. Nesse processo, os professores perdem poder de decisão nas universidades, mas mantêm força nos órgãos de financiamento. A respeito, Pécaut cita dois elucidativos trechos de Bernardo Sorj:

Não será exagero afirmar que a maioria dos quadros médios dos órgãos estatais e paraestatais em funções de planejamento e similares era formada por ‘intelectuais críticos’.

Nesse contexto, é de se admirar o triplo processo de absorção sem cooptação ideológica, de poder de decisão burocrática sem maiores consequências políticas, e de ‘convivência pacífica’ entre o regime autoritário e uma intelectualidade contestadora. (Apud Pécaut, 1989, p. 270)²

Os cientistas sociais, por seu lado, organizam a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) já no final dos anos 70, reunindo os doutores. Essa expansão das pós-graduações, inclusive nas ciências humanas, fortalece os intelectuais da oposição, o que a princípio pode parecer estranho (Pécaut, 1989, p. 259-271; Lahuerta, 2001, p. 2).

Aparentemente, o heroísmo e o romantismo intelectuais vão decaindo, bem como parte de sua expressão pública (Lahuerta, 2001, p. 17). Contudo, em grande parte esses mesmos intelectuais, notadamente muitos sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, valorizarão os setores subalternizados da sociedade brasileira, por meio da construção de novos objetos de estudo e pesquisa, voltando seus olhos para os “movimentos sociais”.

2. O referido trabalho de Bernardo Sorj veio a público originalmente como *Autoritarismo e ciências sociais: expansão e crise da pesquisa científica no Brasil*, Rio de Janeiro, mimeo, 1984. Posteriormente foi incluído em *SORJ, Bernardo – A construção intelectual do Brasil contemporâneo – da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Trajetórias do pensamento social brasileiro

No início do século XX, foi dominante no Brasil um autoritarismo antiliberal reformista. Este paulatinamente transmuta-se, entre 1930 e 1960, no populismo nacional-desenvolvimentista e estatista moderno, paralelamente ao crescente enraizamento do capitalismo na sociedade brasileira. Tanto o autoritarismo, quanto o populismo podem ser considerados culturas políticas de tipo holista-hierarquizante, de origem ibérica, nos termos de R. Morse (1988).³ São tradições coletivistas e cientificistas de pensamento social, opostas à matriz anglo-americana, de teor individualista e interacional.

O Estado e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foram os centros dessa política populista, mas o Partido Comunista do Brasil (PCB) e o marxismo brasileiro foram coadjuvantes importantes nesse cenário. Tanto que uma correlata hegemonia cultural da esquerda dura até o final dos anos 60, só que de alcance limitado pela expansão da indústria cultural. Já na década de 1970, o PCB entra em crise e tem cada vez menor influência na intelectualidade crescentemente acadêmica, sendo outras tendências do pensamento marxista crescentemente divulgadas no Brasil (Rubim, 1995, p. 69-71).

O Rio de Janeiro, como capital federal, era um dos pólos de disseminação da cultura política populista. O já citado trabalho organizado por Miceli considera, de modo até polêmico, que as ciências sociais cariocas perfaziam uma reflexão totalizante, destinada a grupos e elites políticas, normalmente desenvolvimentistas, ignorando cautelas cientificistas. Seu melhor exemplo seria o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Assim, “a Ciência Social enquanto tal constituiu uma ambição e um feito paulista”, dotada de neutralidade doutrinária e relativamente distante da formação de quadros políticos (Miceli, 1989, p. 23). Como veremos, tal situação será profundamente modificada, até o ponto de questionarmos essa dualidade proposta por Miceli.

O positivismo na América Latina adequou-se a essas tradições autoritária e populista, pois era reformista e progressista, contrário ao suposto imobilismo da ordem social, liberal-oligárquica. Por outro lado, ressaltou o teorismo e o esquematismo da reflexão, que, por sua vez, podem redundar em um pensamento social fundado em “determinismos ex post facto”, não percebendo “como a história podia ser diferente” – isto é, história dos vencedores. O marxismo sucedeu a esse positivismo como matriz de pensamento mais importante nas ciências sociais. Nele, também predominou a reflexão teórica e esquemática, fundada centralmente na dimensão econômica e privilegiadora dos debates conceituais ao invés da pesquisa, razão pela qual “o trabalho pedestre, modesto e cansativo da pesquisa paciente e bem cuidada [é] deixada aos ‘empiristas’ e ‘funcionalistas’” (Santos, 1980, p. 18-25).

A minoritária matriz de pensamento individualista, de origem anglo-americana, valorizadora da pesquisa empírica e da investigação de singularidades/particularidades, emergirá nas ciências sociais brasileiras principalmente a partir dos anos 60/70, muitas vezes mesclada a alguns marxismos e outras correntes de pensamento, no interior das universidades.

Renovação intelectual das ciências sociais no Brasil

As ciências sociais brasileiras dos anos 70, bem como suas implicações intelectuais, institucionais e políticas, não contam ainda com numerosos trabalhos que as tratem como objeto principal de estudo. Para uma abordagem inicial da emergência do tema “movimentos sociais” no pensamento social brasileiro do período e para aquilatar o grau de novidade que representou, faz-se necessário percorrer o ambiente no qual germinaram suas mudanças. Trilharemos esses caminhos através das obras já citadas de Lahuerta e Pécaut, que exibem várias similaridades de enfoque e entendimento.

Lahuerta destaca a articulação entre o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), o jornal Opinião, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC),

3. Sigo o parâmetro de análise de Morse em minha dissertação de mestrado: Velhos e novos conceitos no pensamento social brasileiro em transformação, PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

constituindo uma nova oposição à ditadura, mas que criticava o antigo populismo. Tal processo teria resultado no “partido intelectual” ou “da inteligência”, termo também utilizado por Pécaut: situação na qual “os especialistas saem de seus afazeres e são impelidos a se defrontarem com problemas políticos e/ou gerais”. Esse “partido” não seria similar à categoria *intelligentsia*, uma vez que os pressupostos intelectuais estão mudando na sociedade brasileira. Com o declínio da cultura política populista, decaí também a posição de força dos intelectuais, autopoicionados como o Estado diante da sociedade, de “cima para baixo” (Lahuerta, 2001, p. 2).

O Cebrap surge caracterizando-se pela preservação da pesquisa de matiz acadêmico, mas já influenciado pelo marxismo, desde o Seminário de Marx, do qual muitos cebrapianos fizeram parte. Diante da perseguição política na USP, havia uma certa distância da militância política, bem como o desafio de conviver com uma realidade não-universitária (inovando ao buscar financiamentos), obrigando-se a novas demandas, temas, abordagens, conceitos etc. O Cebrap não formava estudantes/pesquisadores, sendo antes uma referência para a renovação teórico-analítico-metodológica das ciências sociais, mas também para o pensamento de oposição e de esquerda, pois desenvolvia diversas pesquisas e debates sobre as transformações por que passava o Brasil durante a modernização conservadora. Por esse viés político, o Cebrap não era um mero continuador da USP. Por outro lado, aqui Lahuerta não repara que, em menor proporção, os cebrapianos reproduziam o padrão de engajamento político-intelectual encontrado no Iseb, referência institucional nacional-desenvolvimentista por eles criticada por fazer parte das engrenagens do populismo. Essas novas críticas eram desenvolvidas pelos membros do Cebrap em diversos campos analíticos: ataque ao nacional-desenvolvimentismo em função da discussão do desenvolvimento dependente ou associado; caracterização do regime e instituições autoritárias, que não seriam fascistas; desconstrução do movimento sindical populista, por conta da supressão da autonomia do operariado, entre outros (Lahuerta, 2001, p. 4).

De um modo geral, as abordagens mais estruturalistas do marxismo ortodoxo⁴ e seus correlatos foram substituídas por enfoques institucionais (por meio de pesquisas quantitativas, muitas vezes), valorizando-se noções pouco recorrentes até então: cidadania, sociedade civil, democracia e cotidiano. O marxismo persistia, mas já convivendo com outras correntes teóricas. Temas como soberania e imperialismo perdiam força em favor das classes sociais e do desvendamento do caráter específico do Estado brasileiro. Os trabalhos de Weffort no Cebrap geraram uma linhagem de estudos e pesquisas sobre o reboquismo da esquerda sindical em relação ao populismo pré-64. Seguindo nessa linha, José Álvaro Moisés, em seus trabalhos iniciais, opunha a espontaneidade da “base” do movimento operário às orientações burocratizadas de suas lideranças. Weffort já se diferenciava então da linha propugnada pelo nome de maior prestígio no Cebrap, Fernando Henrique Cardoso, mais próxima do MDB (que depois se transformará no Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB). Lahuerta identifica essa posição mais à esquerda representada por Weffort e outros como voluntarista, anti-institucionalizante e autonomista (Lahuerta, 2001, p. 5). Contudo, será essa tendência da ciência social e do pensamento social brasileiro a de maior parentesco com os estudiosos dos movimentos sociais que virão logo a seguir, e que não darão tanta importância à política institucional, como Fernando Henrique Cardoso e outros.

Lahuerta ressalta que a ditadura teria alterado o cotidiano das pessoas, inclusive dos intelectuais, quebrando expectativas de vida, mudança que coaduna com as “estratégias de racionalidade limitada” mencionadas por Pécaut, como veremos. Assim, haveria uma maior aproximação e mesmo sensibilidade em relação à sociedade civil, de modo a ser fornecido um “mandato público” aos intelectuais, reativando-os como *intelligentsia* e reforçando os laços entre ciência e política. Desse modo, os intelectuais lutavam ao mesmo tempo pela democracia

4. Utilizo aqui a acepção de “marxismo ortodoxo” proposta por Raymond Williams em *Marxismo e literatura*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979 – a qual é aceita também por E. P. Thompson (vide, p.ex., sua obra *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, Campinas: Ed. da Unicamp, 2002).

e por condições adequadas à produção científica. Essa institucionalidade acadêmica dominante, inclusive, teria estimulado o surgimento das abordagens sociológicas institucionais antes mencionadas. Por outro lado, esse “mandato público” reforçaria a tendência de valorização dos movimentos sociais e da sociedade civil, em detrimento da prioridade analítica na política institucional, defendida por Lahuerta explicitamente (Lahuerta, 2001, p. 6-10).

Em 1976, alguns membros do Cebrap afastam-se por discordarem da aproximação com o MDB, fundando o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) – logo depois, alguns desses dissidentes fundarão o Partido dos Trabalhadores (PT). Os participantes desse novo centro de pesquisas priorizam decididamente o estudo dos movimentos sociais, da correspondente constituição de um novo ator político-social e da substantivação da democracia no país. Diferentemente de Fernando Henrique Cardoso, Bolívar Lamounier e outros, os membros do Cedec denunciavam a transição democrática como farsa politicista e reforçavam o ataque à tradição populista de “exercer a tutela sobre a classe trabalhadora”, defendendo os movimentos sociais como espaços políticos novos de participação e aprendizado, enfocando a espontaneidade em oposição à institucionalidade e supondo que uma experiência sindical e popular nova tinha de se opor à antiga. Os trabalhos realizados no Cedec inovavam na abordagem dos movimentos sociais, valorizando a cultura e o saber popular e criticando os discursos competente e do “atraso”, ambos de fundo cientificistas. Assim, uma nova visão dos intelectuais estabelecia-se, contrária tanto ao tecnocratismo do regime militar quanto ao modelo de vanguarda iluminada do marxismo-leninismo. E rompia-se a identidade unitária dos intelectuais durante a ditadura: Cebrap x Cedec, PMDB x PT e outras dissensões (Lahuerta, 2001, p. 12-18).

Pécaut relata a vida intelectual brasileira nos anos 70 de modo fundamentalmente semelhante a Lahuerta. Nele, também encontramos a junção de pesquisa acadêmica e política no Cebrap e no Cedec, a expressividade do marxismo universitário junto à oposição e ao público letrado, a atuação de entidades como a SBPC,

as diversas dualidades (PT x PMDB, basismo x institucionalismo) etc. Assim, ressaltaremos apenas alguns pontos de sua obra. Principalmente sua já citada noção de “partido intelectual”, que “reúne de fato uma faixa considerável das camadas cultas, é portador de crenças comuns, define estratégias conjunturais, tem seus líderes e adquire um caráter semi-organizado”. Apesar daquele “mandato público” com que contava para reforçar política e socialmente seu “partido”, “o intelectual se reconhece agora como um ser de carne e osso”, não sendo tanto “um ator que se coloca ‘acima da sociedade’” (Pécaut, 1989, p. 259-281) – de resto, conforme já vimos em Luiz Werneck Vianna (1986). A tensão entre ser porta-voz da sociedade (intelligentsia) ou apenas um ator social particular como outro qualquer surge nas próprias análises de Lahuerta e Pécaut.

A formação de uma nova cultura política, pró-sociedade civil e pró-movimentos sociais, em substituição ao estatismo do pensamento social populista, dá-se no duro contexto da ditadura, com a “adoção forçada de estratégias de racionalidade limitada e [a] adaptação forçada às condições de incerteza” (Pécaut, 1989, p. 282-309). Parecia que os intelectuais eram forçados a abrir mão das pretensões de totalidade que o marxismo ortodoxo pressupunha, bem como do padrão ensaístico do pensamento social isebiano. Mas, ao se voltarem para os movimentos populares, os cientistas sociais já desenvolviam enfoques mais singularistas e particularistas.

Rumo ao “empírico” e aos “movimentos sociais”

Sader & Paoli são autores de um artigo importante voltado para os primórdios do desenvolvimento dos trabalhos sociológicos sobre as classes populares urbanas com esse novo enfoque (1986). Indicam que há uma nova conceituação questionadora da “classe social”, tanto em termos teóricos, quanto em relação ao seu uso nas ciências sociais brasileiras. Assim, narram empiricamente a singularidade dos movimentos sociais, mas apontam que a discussão epistemológica e metodológica fica implícita. Ressaltam que os estudos sobre movimentos sociais urbanos dos anos 1970/80 rompem com

uma tradição sociológica nacional sobre as classes sociais – que vem a ser contemporânea, obviamente, do pensamento social populista, que inclusive se revestia de “poder de verdade”. E que caracterizava o “povo” brasileiro, os “de baixo”, agora chamados subalternos, com base em referências negativas: heterogeneidade, heteronomia, passividade, fragmentação, particularismo, imaturidade, individualismo. A diversidade, assim, era vista pejorativamente, enquanto a homogeneidade era valorizada. Os comunistas, por sua vez, avaliavam que o interesse econômico, ao final, iria mobilizar e unificar os movimentos dos trabalhadores, de modo similar às suposições liberais. Esse tipo de pensamento encarava a realidade dos setores populares tendo como referência um fim ideal, abstrato e externo: nação ou revolução. Havia também um desprezo pelas manifestações culturais diversas, pois estas não levariam a uma politização predeterminada, concebida pelos modelos claudinistas de análise. E como os setores populares não atuavam conforme as prescrições deterministas desses modelos, frustrando suas expectativas, propunham um papel central ao Estado, que faria o que a sociedade ou as classes não estavam dispostas a fazer (Sader & Paoli, 1986, p. 39-51).

Os novos estudiosos dos movimentos sociais vão propor como alternativa a essa tradição de pensamento o que podemos chamar de soberania teórica e analítica dos setores populares. E com isso não só vão renovar a cultura política da esquerda e da sociedade brasileira, como também alterarão decisivamente, a meu ver, o status dos intelectuais nacionais. Pois estes agora, mais ou menos conscientemente, elegerão os verdadeiros motores da democratização do país: não mais uma institucionalidade liberal-democrática propugnada por Fernando Henrique Cardoso, Bolívar Lamounier e outros (e corroborada por Pécaut e Lahuerta), à maneira eurocêntrica ou ocidental – e na qual intelectuais “estrategistas” da arena política conservam sua força demiúrgica. Ao contrário: de modo ainda mais valorizador da diversidade oriunda das experiências “de baixo”, vão advogar uma compreensão densa da sociedade brasileira com base nos movimentos sociais, não só dos sindicatos, como

veremos. Se tal perspectiva autonomista e comunitarista significa um “populismo intelectual tardio”, como quer Pécaut (1989, p. 309) e também Lahuerta, ou se pode remeter, por exemplo, a “identidades de resistência” potencialmente transformadoras, como em Castells (2000), é uma discussão que não cabe agora. Embora eu suspeite ser a segunda alternativa bem mais plausível e fecunda.

Sader & Paoli tomam “como referência textos muito distintos”, especialmente a partir dos anos-chave 1964 e 1968, relativos àquilo “que estamos chamando de ‘empreendimento coletivo’, de produção de um novo imaginário”. Nessa perspectiva, os autores afirmam que

intelectuais e atores atribuem novos significados a práticas sociais antes obscurecidas pela lógica institucional. O cotidiano, antes opaco espaço de repetição, passa a ser visto como lugar de luta, onde se produz a dominação e a resistência a ela. (Sader & Paoli, 1986, p. 52-53)

Esse movimento do pensamento e da ciência social brasileira prosseguirá pelos anos 80. Tal rompimento analítico quanto ao olhar sobre os setores populares tem algumas fontes cognitivas. Das que nos interessam para o estudo dos novos movimentos populares, a primeira é a obra de Francisco Weffort produzida a partir de 1971 com seus “Participação social e conflito industrial: Contagem e Osasco” e Sindicatos e política, analisando a ação criativa dos atores sociais, a conformar a sociedade, e não o contrário. E que se desdobrou nos trabalhos de José Álvaro Moisés sobre movimentos sociais: Classes populares e protesto urbano, de 1979, e – com Verena Alier – “A revolta dos suburbanos ou ‘patrão, o trem atrasou’”, de 1978. A segunda fonte cognitiva vem da antropologia e sua busca pelo lugar simbólico onde os setores populares, em seu cotidiano, concebem a relação e o conflito em torno do trabalho: bom exemplo é José Sérgio Leite Lopes e seu Vapor do diabo de 1976. A última fonte é representada por diversos historiadores que criticam a “memória dos vencedores”, muitos dos quais influenciados por Marilena Chauí. É o caso de C. Vesentini e E. De Decca em 1976, E. De Decca em 81,

Kazumi Munakata em 80/81 e Michael Hall em 84 (Sader & Paoli, 1986, p. 53-55).

Os setores dominantes e a imprensa pensavam os trabalhadores conforme a política autoritária e populista/marxista, como fatores de produção, determinados, e não determinantes da política via luta de classes. A partir de então, as práticas dos trabalhadores passam a ser consideradas não mais com base em modelos classistas pré-determinados, mas, sim, como movimentos sociais. Algo bem exemplificado por São Paulo: o povo em movimento, de Paul Singer e Vinicius Caldeira Brant, o qual não trata da ausência dos dominados, mas de sua presença via movimentos concretos e particulares. Desse modo, incrementa-se o uso do termo mais impreciso “classes populares”, em vez do predefinido “proletariado”:

o esforço de rigor do analista desloca-se do campo da delimitação das fronteiras entre classes, frações, categorias sociais, para o campo da compreensão específica da prática dos atores sociais em movimento. (Sader & Paoli, 1986, p. 58-59)

Os trabalhadores, no final dos anos 70, já se mobilizavam independentemente das auto-intituladas vanguardas, como que recusando o papel de objeto para os cientistas e pensadores sociais e impondo a já mencionada soberania teórica e analítica dos setores populares. Por sua vez, os intelectuais já repensam suas metodologias, adotando, por exemplo, a pesquisa participante e a descrição etnológica. A posterior explosão de diversos movimentos sociais só aprofundou essa tendência no pensamento e na ciência social brasileira. Desse modo,

os pesquisadores dos anos 80 estão construindo uma imagem de classe múltipla e diferenciada, que no entanto se articula através da noção de enfrentamento coletivo com um poder que também não é único. (Sader & Paoli, 1986, p. 61)

Isto é, vêem a luta de classes em diversos espaços e movimentos sociais, não hierarquizados e constituindo sujeitos integrais, usando, ainda, o termo “identidade” mais dinamicamente. Os múltiplos espaços onde se fazem as classes

são mais importantes que as instituições sociais, cuja configuração, história e dinâmica dependem, em grande parte, justamente das lutas de classes (Sader & Paoli, 1986, p. 60-65).

Um movimento intelectual próximo ao descrito por Sader & Paoli para as ciências sociais como um todo também se desenvolve especificamente na antropologia brasileira, que de “antropologia cultural” está se transformando em “antropologia social”. Essa antropologia social era de inspiração britânica e mais próxima da política. Além disso, havia uma aproximação de antropólogos com sociólogos marxistas uspiados desde os anos 50. O próprio Cebap, durante o regime militar, era ponto de encontro de sociólogos, cientistas políticos, economistas, antropólogos e mesmo tecnocratas (Pécaut, 1989, p. 298). Essa antropologia social colocava a “afirmação modernizadora da pesquisa contra a tendência à opinião descompromissada de qualquer relação com o empírico”. E como a antropologia se construía no século XX combatendo o evolucionismo em nome da observação direta e participante e das próprias representações dos sujeitos investigados, meio caminho estava percorrido. Além disso, seu objeto nunca fora o Estado, partidos ou ideologias, mas em grande parte as culturas de marginalizados e subalternizados em geral. Por isso, continuava em sua crítica ao etnocentrismo, só que agora politicamente: “insurge-se a ‘consciência antropológica’, que resolve, então, manter-se ‘marginal aos próprios grupos e ‘campos’”, buscando

uma identificação não com o “campo intelectual”, o “mundo acadêmico”, a “comunidade científica” ou mesmo os partidos políticos (para este efeito identificados), mas com os próprios grupos sociais subalternos. Inverte-se, por fim, a relação, quando o próprio “campo intelectual” se transforma em objeto de estudo diante do qual se mantém, aqui e só aqui, a clássica atitude antropológica do “estranhamento”; o antropólogo, porém, no caso colocando-se como que na posição de representante dos próprios grupos subalternos a observar os seus eventuais observadores. (Velho, 1980, p. 86)

Essa antropologia renovadora insiste, ainda, “no respeito à diversidade e no contato direto com os grupos estudados”, na “importância das

representações”, na “desconfiança nas classificações nominalistas e mecânicas dos diversos domínios sociais”. Por fim, voltando até a dimensão da sociedade civil, acusa alguns marxismos de procurarem ideologias antiburguesas nos setores populares com base em modelos homogeneizantes que vêem apenas “ações definidas estritamente como políticas pelo próprio Estado que está sendo questionado” (Velho, 1980, p. 87). Como se vê, a crítica à institucionalidade política, a qual são pouco receptivos Lahuerta e Pécaut, reaparece aqui vigorosamente.

Uma visão positiva da renovação das ciências sociais brasileiras aqui investigada é encontrada em Maria Valéria Junho Pena, em trabalho datado de 1980, quando o presente debate desenvolvia-se com toda a força. Portanto, no calor dos acontecimentos, como se diz, dessa transformação do pensamento social.

Afirma essa autora que a sociologia brasileira dos anos 70 foi renovadora em muitos sentidos, enfrentando dogmas teóricos, atenuando a rigidez metodológica, encarando a realidade e suas hierarquias múltiplas e irredutíveis, muitas vezes subestimadas, e refletindo, inclusive, sobre a correspondente diversidade de práticas políticas. Por outro lado, nota que o campo sociológico continuava hierarquizado, necessitando ser democratizado. Interessante aqui é o fato de as sociologias dos movimentos sociais e dos intelectuais parecerem se estimular mutuamente. Mas, prosseguindo, a autora aponta uma série de trabalhos sociológicos inovadores. Que podem, por exemplo, mostrar que a divisão sexual do trabalho dentro da família não é um dado predeterminado, ele é negociado pelos atores sociais – marido, esposa etc. –, o que, por sua vez, remete diretamente à estrutura social do país. Essa estrutura, então, é desnaturalizada, tendo como referência uma ciência social mais empiricamente rigorosa, capaz de apreender a realidade social em toda sua densidade e capilaridade. Da mesma forma, passam a ser vistas a presença e a atuação do operário no local de moradia, não apenas na fábrica, abrindo uma vastidão de objetos para os estudiosos dos movimentos sociais, que vão além do mundo sindical. Esse campo de estudos, então, vê-se enormemente alargado. É indicado também o

fato de que a expansão da pós-graduação na área da ciências sociais, já antes mencionada, aumenta não só o número de trabalhos sociológicos, mas também de recortes da realidade, problemas, conceituações, razão pela qual é praticamente impossível a hegemonia de uma corrente teórica, como o marxismo, em períodos anteriores, chegou a exercer. O diálogo entre correntes e disciplinas, muitas vezes o ecletismo, passa a ser a regra (Pena, 1980, p. 93-107).

E, como para fazer um acerto de contas com tradições de pensamento e análise anteriores, a autora afirma:

a sociologia do cotidiano está aí mesmo mostrando a riqueza de determinações, [ela é] é menos ortodoxamente positivista, [...] menos pretensiosamente totalizante (e vaga) como recomendavam outros, anos atrás. (Pena, 1980, p. 106)

Movimentos sociais como expressão do “novo” no pensamento sociológico

O tema “movimentos sociais” aparece, então, nas ciências sociais brasileiras tensionado pela busca de uma politização qualitativamente diferente, “nova”, mais enraizada no cotidiano e na experiência dos setores populares. Ao mesmo tempo recusa, no plano puramente teórico, a vigência de modelos classistas de análise que sejam mais rígidos. Também acaba por reposicionar o intelectual epistemológico e socialmente. Um vocalizador favorável a essa mudança no pensamento social brasileiro é José de Souza Martins (1989).

Martins busca, com a noção de “classes subalternas”, evitar o reducionismo e o objetivismo dos modelos classistas ortodoxos, sejam os marxistas ou os liberais. Ampliando o escopo das análises que se debruçam sobre as articulações dos “de baixo”, cada vez mais no sentido de movimentos sociais “abertos” do que de classes “de antemão” determinadas, Martins ultrapassa a idéia mais restrita e, por vezes, economicista de “exploração”, em favor das de “dominação” e “exclusão” (Martins, 1989, p. 99).

Da mesma forma, ataca a homogeneidade nos modelos teóricos classistas (Martins, 1989, p. 107-129). Vejamos a seguinte passagem:

Há uma diversificação “interna” das classes subalternas, cujo desconhecimento empobrece a compreensão de suas lutas e de suas possibilidades históricas, porque omite seus dilemas e suas debilidades. Um discurso que unifique retoricamente as classes subalternas não produz a unidade e a força reais dessas classes e grupos sociais. Ao contrário, mistifica-as e empobrece a interpretação de sua realidade. (Martins, 1989, p. 107)

Voltando-se propriamente para nosso tema, o pensamento social brasileiro e sua renovação, como já visto em Sader & Paoli e Maria Valéria Junho Pena, Martins é excepcionalmente claro quando afirma: “Os dilemas não são, portanto, os reais dilemas das classes subalternas. São, antes, dilemas das interpretações sobre a realidade dessas classes” (Martins, 1989, 110). E mais contundentemente ainda:

Estamos diante de uma crise de interpretação, que se manifesta na necessidade histórica dessa mudança de perspectiva. Tal mudança significa reconhecer como “sujeitos da história” e “sujeitos do conhecimento” os grupos e classes subalternos. Eles não foram admitidos na cena histórica em consequência de compromissos ideológicos – por parte das classes dominantes e dos próprios agrupamentos políticos progressistas e dos pesquisadores – com a idéia do progresso [...]. (Martins, 1989, p. 119)

José de Souza Martins perfaz também um ataque à posição de força dos intelectuais, em nome dos setores populares, relativizando a autoridade dos detentores de “capital cultural” em favor de se valorizar analítica e politicamente a cultura das classes subalternas:

O fato de que a cultura popular e as relações sociais “arcaicas” permaneçam prisioneiras de esquemas de estudo e compreensão de fundo iluminista, que não expressam o ponto de vista das próprias classes subalternas, têm impedido que seja estudado o seu dinamismo, seu movimento. Aparecem, porque supostamente pretéritas, conceitualmente petrificadas, imobilizadas, à espera de uma saber completamente externo, expressão de uma classe de fora, e de cima [...]. (Martins, 1989, p. 119-120)

Há múltiplos significados neste trecho. Relevantes não apenas para nosso tema, mas também para pensar a renovação do marxismo e as tensões entre saber e poder. Eixos que conjugam, de diversas formas, as relações entre intelectuais e movimentos sociais.

Podemos relacionar os “esquemas de estudo”, citados por José de Souza Martins, a modelos abstratos de análise das classes sociais, criticados por E. P. Thompson, que advoga justamente “seu dinamismo, seu movimento” como “fazer-se” ativo dos trabalhadores (Thompson, 1987, p. 9-10). Muitas versões de tais modelos classistas abstratos, tanto marxistas, como liberais, são deterministas, teleológicas ou utilitaristas. A respeito, Thompson afirma:

Os antropólogos e os sociólogos demonstraram amplamente a imbricação inextricável das relações econômicas e das relações não econômicas na maior parte das sociedades e a maneira pela qual interferem as gratificações econômicas e culturais. Nessas démarches da análise histórica ou sociológica (ou política), é essencial manter presente no espírito o fato de os fenômenos sociais e culturais não estarem “a reboque”, seguindo os fenômenos econômicos à distância: eles estão, em seu surgimento, presos na mesma rede de relações. (Thompson, 2002, p. 208)

Nesse diapasão, prossigamos com o historiador marxista inglês, agora ainda mais categórico:

A classe operária é tomada como tendo uma existência real [...] uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção. Uma vez isso assumido, torna-se possível deduzir a consciência de classe que [...] deveria ter (mas raramente tem), se estivesse adequadamente consciente de sua própria posição e interesses reais. Há uma superestrutura cultural, por onde esse reconhecimento desponta sob formas ineficazes [...] de modo que é mais fácil passar para alguma teoria substitutiva: o partido, a seita ou o teórico que desvende a consciência de classe, não como ela é, mas como deveria ser. (Thompson, 1987, p. 10)

Voltemos à anterior passagem de José de Souza Martins: quando este menciona um “saber

completamente externo”, vindo “de fora”, é impossível não lembrarmos da discussão dos intelectuais em Barrington Moore Jr., cuja reflexão aborda diretamente também a questão dos modelos abstratos e classistas de análise:

Tanto o modelo marxista como o modelo liberal de desenvolvimento característico das classes trabalhadoras me parecem enganosos porque são por demais esquemáticos e não apreendem as variáveis mais importantes. [...] De acordo com a experiência marxista, os trabalhadores geralmente partem de uma situação de inércia, capazes no máximo de atos ocasionais de revolta instintiva. Através da experiência da industrialização, que os reúne em imensas fábricas e lhes impõe um destino comum, eles adquirem uma consciência de classe revolucionária. Esta forma de consciência os leva à percepção de seu papel crucial em todo o processo histórico, tal como percebeu e delineou Marx, e à disposição de agir sobre essa percepção no momento histórico crucial. Embora na variante de Lênin a percepção não viesse por si mas fosse trazida de fora por intelectuais que se tornariam revolucionários profissionais, a experiência da vida na fábrica sob o capitalismo era um pré-requisito necessário para as massas passarem por essa “prise de conscience” com a ajuda dos intelectuais. (Moore Jr., 1987, p. 641-642)

E, diferentemente de Thompson, Barrington Moore Jr. chega a tisonar suas reflexões de um pessimismo ou elitismo relativos, contrários à soberania analítica e teórica dos setores subalternizados que tentamos investigar neste artigo:

Uma vez que uma massa crítica de pessoas potencialmente descontentes surgiu [...], o palco está pronto para o aparecimento dos “agitadores de fora”. [...] nenhum movimento social aconteceu sem que seu exército de pregadores e militantes espalhassem as boas novas de libertação das dores e males deste mundo. É sempre uma minoria ativista que promove e promulga novos padrões de condenação. Eles são uma causa indispensável, mesmo que insuficiente, de grandes transformações sociais, pacíficas e gradativas, assim como violentas e revolucionárias. [...] Sua tarefa é encontrar e articular os descontentamentos latentes, desafiar a mitologia dominante,

organizar para um confronto com as forças dominantes em torno de si. Os agitadores de fora fazem o trabalho árduo de minar o velho sentido de inevitabilidade. (Moore Jr., 1987, p. 639-640)

Por fim, ainda sobre algumas implicações teóricas das propostas de José de Souza Martins, temos: “expressão de uma classe de fora, e de cima”, que nos remete diretamente à questão da dominação exercida pelos intelectuais, como pensada por Pierre Bourdieu. Vejamos inicialmente o impacto dessa dominação no que tange aos já vistos modelos classistas abstratos:

[...] as classes sociais são apenas classes lógicas, determinadas, em teoria e, se se pode dizer assim, no papel, pela delimitação de um conjunto – relativamente – homogêneo de agentes que ocupam posição idêntica no espaço social; elas não podem se tornar classes mobilizadas e atuantes, no sentido da tradição marxista, a não ser por meio de um trabalho propriamente político de construção, de fabricação – no sentido que E. P. Thompson fala em *The Making of the English Working Class* – cujo êxito pode ser favorecido, mas não determinado, pela pertinência a mesma classe sociológica. (Bourdieu, 1997, p. 29)

Bourdieu avança nesse debate, descrevendo a força da performance dos intelectuais:

Os produtores culturais detêm um poder específico, o poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite, de trazer à luz, ao estado explícito, objetivado, experiências mais ou menos confusas, fluidas, não formuladas, e até não formuláveis, do mundo natural e do mundo social, e, por essa via, de fazê-las existir. (Bourdieu, 1990, p. 176)

Até atingir a posição social dos intelectuais, inclusive quando dissertam sobre os setores populares: “[...] eu poderia dizer que, [...] de modo mais geral os intelectuais são uma fração dominada da classe dominante” (Bourdieu, 1990, p. 174).

Prossigamos: Martins constrói uma oposição ainda mais explícita entre movimentos sociais – entendidos como locus de mobilização – e partidos políticos – referentes à institucionalidade (Martins, 1989, p. 130-131), já

exposta por outros cientistas sociais, protagonistas ou comentadores da renovação do pensamento sociológico brasileiro. Sendo os primeiros cada vez mais voltados para a sociedade civil e não para o Estado e os segundos encarados como “formas coercitivas de encaminhamento do protesto popular”.

José de Souza Martins propõe, então, “uma teoria da prática”, com base no saber popular em substituição à “prática da teoria”, como papel imposto historicamente pelos intelectuais aos “de baixo” (Martins, 1989, p. 134). Essa crise dos mediadores intelectuais teria como possível solução, para Martins, procedimentos como a pesquisa participante, também já antes citada (Martins, 1989, p. 134-137). Nesta, o papel do empírico e de uma empatia antropológica pela cultura do “outro” nos faz lembrar da distância em relação aos teorismos, que, já vimos, é tão característica das ciências sociais mais recentes.

Nesse ínterim, é bom registrar que, na verdade, esse percurso do pensamento social brasileiro já se iniciara na transição dos anos 60 para os 70. E aí voltamos para Francisco Weffort, embora em momento anterior a sua experiência no Cebrap e no Cedec. Ele e outros estudiosos de origem acadêmica, notadamente da USP (mas também de outras universidades e estados, como resta investigar, indo além de Sergio Miceli), ao tratar de atores sociais, passaram a usar mais frequentemente o termo “massas”, ao invés do mais comum “classes” – utilizado pelos intelectuais marxistas, inclusive dissidentes como Caio Prado Jr.:

Weffort busca não predeterminar o processo de articulação interna dos setores “de baixo”. Como tal processo de organização e politização não está ainda dado, o autor utiliza o termo “massas”, como que tentando perceber não o fim desse processo (a constituição de uma classe) mas o meio. O mesmo procedimento não é adotado por Caio Prado Jr. (Perruso, 1999, p. 54)

As complexas relações entre intelectuais e movimentos sociais demandam muita pesquisa e reflexão. Não só porque está em jogo uma rica compreensão das potencialidades dos movimentos sociais como meio para a vivência democrática, a busca pela justiça e transfor-

mação social. Mas também porque podem apontar para o próprio umbigo dos intelectuais, quando estes, inadvertidamente, exercem um certo poder sobre os setores populares, seja em organizações partidárias, seja nos próprios movimentos sociais dos quais se aproximam.⁵

Nesse sentido é que residem, acredito, a singularidade e a importância daqueles trabalhos de intelectuais brasileiros que, nos anos 70/80, priorizaram analiticamente os movimentos populares, na perspectiva de uma compreensão sociológica mais inovadora ou apurada do Brasil. Vários utilizaram conceitos audaciosos como “novo sindicalismo” e “novos movimentos sociais” – como foi o caso de José Álvaro Moisés, Ricardo Antunes, Vera da Silva Telles e outros.

É certo que os trabalhos que buscavam o “novo” no sindicalismo e nos movimentos sociais corriam o risco de justapor expectativas – inclusive políticas – do campo intelectual brasileiro às lutas reais dos grupos sociais desprivilegiados. Porém, tinham, a meu ver, uma vantagem potencial: diferentemente dos estudiosos que se preocupavam centralmente com a institucionalidade democrática nacional (Fernando Henrique Cardoso, Bolívar Lamounier e outros, muitos futuros liberais de nossa política) e de muitos marxistas mais afeitos à ortodoxia, a vertente aqui estudada das “novas” ciências sociais e humanas brasileiras esquadrihava empiricamente a realidade dos trabalhadores e demais setores populares, fornecendo-lhes, mal ou bem, uma soberania teórica e analítica. E esta, por sua vez, abriu espaço para pensar mais incisivamente o lugar do intelectual na sociedade brasileira.

Lugar este que deve ser pensado como um espaço dinâmico. Até porque muitos intelectuais aqui mencionados não só mudaram de objeto de investigação, como de filiação teórica e posicionamento político. O que, tratando-se do campo intelectual, extremamente complexo e intrinsecamente sutil, não é realmente algo surpreendente.

5. Argumento neste sentido em meu artigo “Brasil: movimentos sociais, marxismo e socialismo”, *Crítica Social*, nº 1, Rio de Janeiro, Adia, abr/2003.

Abstract: In the scenery of the renewal of the Brazilian social thought of the years 1970/80, of a state matrix for other centered in the civil society, they stand out intellectuals that are interested in new social actors that emerge in the political scene through popular movements. "New syndicalism" and "new social movements" become, then, important references inside the intellectual field, because they emphasize the force and the diversity of the democratic participation of social groups historically subordinate. Many social scientists consider such movements as essential for we interpret the changes of Brazilian society – still more important than the mere institutional and electoral configuration of the democracy in reconstruction, a lot of times just thought theoretically.

Key-words: intellectuals, Brazilian social thought, social movements, political culture, social sciences.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. Razões práticas – sobre a teoria da ação. São Paulo: Papius, 1997.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, v. 2.
- LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. Cadernos AEL, n. 14-15, Campinas: IFCH/Unicamp, 2001.
- MARTINS, José de Sousa. Caminhada no chão da noite. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MICELI, Sergio. Por uma sociologia das ciências sociais. In: MICELI, Sergio (Org.). História das ciências sociais no Brasil. São Paulo: Idesp/Vértice/Finep, 1989, v. 1.
- MOORE Jr., Barrington – Injustiça – As bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MORSE, Richard M. O espelho de Próspero – Cultura e idéias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil – Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1989.
- PENA, Maria Valéria Junho. Uma nova sociologia? Dados, n. 1, v. 23. Rio de Janeiro: Iuperj/Campus, 1980.
- PERRUSO, Marco Antonio. Brasil: movimentos sociais, marxismo e socialismo. Crítica Social, n. 1, Rio de Janeiro, Adia, abr/2003.
- _____. Velhos e novos conceitos no pensamento social brasileiro em transformação. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (Mestrado) – PPGSA/IFCS/UFRJ.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil. Salvador: CED/UFBA, 1995.
- SADER, Eder & PAOLI, Maria Célia. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, Ruth C. L. A aventura antropológica – Teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A ciência política na América Latina (notas preliminares de autocrítica). Dados, n. 1, v. 23. Rio de Janeiro: Iuperj/Campus, 1980.
- SORJ, Bernardo. A construção intelectual do Brasil contemporâneo – da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.
- VELHO, Otávio Guilherme. Antropologia para sueco ver. Dados, n. 1, v. 23. Rio de Janeiro: Iuperj/Campus, 1980.
- VIANNA, Luiz Werneck. Problemas de política e de organização dos intelectuais. In: VIANNA, Luiz Werneck. Travessia – da Abertura à Constituinte 86. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.